

**O PIONEIRISMO DAS IGREJAS EVANGÉLICAS NA POLÍTICA PARTIDÁRIA DO BRASIL E A ATUAÇÃO INICIAL DE SEUS REPRESENTANTES**

**Ricardo Jorge Silveira Gomes*[[1]](#footnote-1)***

Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião

Universidade Católica de Pernambuco- UNICAP-Recife-PE.

ricardojorgesg@hotmail.com

**Thaís Chianca Bessa Ribeiro do Valle[[2]](#footnote-2)**

Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião

Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP-Recife-PE.

thaischianca@gmail.com

**Resumo**

Os evangélicos começaram a surgir no cenário político brasileiro ainda por ocasião da colonização no Brasil, mas foi na década de 30 que a atuação desses grupos na política veio a se intensificar, exercendo influências significativas na política brasileira nos dias de hoje. O presente trabalho tem por objetivo descrever o pioneirismo dos evangélicos na ocupação do espaço político no Brasil, através de um panorama geral acerca dos seus interesses e dos motivos que os levaram a se envolver na política brasileira. A pesquisa foi realizada com o uso de fontes bibliográficas. Apresentam-se, inicialmente, as principais abordagens a respeito do pioneirismo dos evangélicos na ocupação do espaço político partidário, como agentes que marcam os debates neste campo do conhecimento também na atualidade.

**Palavras-chaves:** Política. Religião. Brasil. Evangélicos.

**Abstract**

Evangelicals began to emerge in the Brazilian political scene at same the time of Brazil’s colonization, but it was in the 1930s that these groups' actions in politics increased, creating huge influences on Brazilian politics today. The purpose of this article is to describe the evangelicals’ pioneerism in the occupation of political space in Brazil, through a outlook of their interests and the reasons that led them to become involved in Brazilian politics. The research was made with the use of bibliographic sources. First, we present the main approaches to the pioneerism of evangelicals in the occupation of political party space, as agents that mark the debates in this field of knowledge also in the present time.

Key-swords : Politic, Religion, Brazil, Evangelicals.

**1. INTRODUÇÃO**

A presença dos evangélicos na política brasileira constitui-se, atualmente, de um dos principais temas discutidos na sociedade civil. As últimas eleições demostram um seleto grupo religioso angariando um espaço cada vez maior nos Poderes Legislativo e Executivo, nas três esferas federativas, de modo que as propostas de governo e de gestão vem se tornando eminentemente pautadas nos interesses dessas congregações.

Políticos evangélicos ligados, em tese, às Igrejas do protestantismo histórico e suas derivações, vêm se lançando na política partidária, trazendo consigo as pautas religiosa para o âmbito estatal.

Mas de que forma as primeiras lideranças evangélicas adentraram na política partidária do Brasil? Quem foram essas lideranças? Quais eram as suas propostas? E por que motivos se lançaram no campo da política partidária brasileira?

São questionamentos que serão pensados e discutidos a seguir

**2. O CENÁRIO PARA A CHEGADA DAS IGREJAS EVANGÉLICAS NO BRASIL**

O grande marco histórico inicial para a constituição da história da política partidária brasileira encontra-se fundamentado ainda no sistema colonial e a política escravagista no Brasil. Os europeus colonizadores eram produtos de uma civilização europeia que buscava perpetuar valores políticos, sociais e religiosos das grandes elites, e a estrutura política e social brasileira que se formava buscava manter inalterados os valores de uma elite europeia branca, eminentemente portuguesa.

Sobre a formação da sociedade colonial brasileira, nas palavras de Roger Bastide:

[...] A nova sociedade que se modela quer continuar a sociedade portuguesa até nos mínimos detalhes. Já dissemos que as capitanias hereditárias foram uma tentativa para calcar a organização feudal no solo da colônia americana. Poderíamos dizer o mesmo das primeiras cidades. Eram elas administradas como as de Portugal por Câmaras municipais compostas de representantes eleitos entre os “homens bons”, isto é, entre os grandes proprietários fundiários; os primeiros artesãos se agruparam em “corporações” com seus juízes, seus regulamentos, seus exames para ascender ao grau de mestre e em confrarias de ofício sob a proteção de um santo católico. A própria família, pelo menos a dos nobres, não é diferente da família dos fidalgos da Corte, muito maior que a família plebéia, com seus “criados”, isto é, seus protegidos, educados, casados, dotados pelo senhor e que aqui tomam o nome de “crias” (BASTIDE, 1985, p. 55-56).

Desde a formação do que se convencionou chamar de sociedade, ou civilização, brasileira, portanto, a mesma constituía-se de uma repetição da sociedade europeia, portuguesa, que considerava como “homens bons” aqueles que fossem brancos e provenientes das elites, nobres proprietários. A hierarquia e os padrões normativos eram rigidamente impostos, e a religião católica, que nessa época era dominante, exercia grande influência na política estatal.

Uma sociedade patriarcal e cristã, católica, que se reproduzia tendo como estrutura basilar a família centralizada na figura de um patriarca, ao passo que as mulheres, reduzidas ao âmbito doméstico, não participavam da vida política ou intelectual da sociedade.

O catolicismo predominava no Brasil, mas o protestantismo também chegou a essas terras durante o período colonial, através das tentativas europeias de se estabelecerem no país. Em decorrência da Reforma Protestante iniciada por Lutero em 1517, bem como da política mercantilista que se perpetuava na colônia, timidamente, os protestantes, representados pelos huguenotes franceses no Rio de Janeiro durante o século XVI e pelos calvinistas holandeses no Nordeste durante o século XVII, adentraram no país. Essas comunidades, no entanto, permaneceram no Brasil apenas durante as ocupações francesas e holandesas no país.

Isso porque, nessa época, já havia, por parte da “Europa Católica”, intenso esforço em conter o avanço do protestantismo. Mas apesar da intensa disputa entre protestantes e católicos, através dos movimentos de Reforma e Contra reforma, a respeito de assuntos como o sistema político e a distribuição de poder em uma sociedade, bem como da doutrinação de fiéis, tais religiões cristãs pouco divergiam.

Sob a ótica protestante, principalmente, a doutrina da predestinação sacralizava os poderes constituídos pela elite dominante. Nesse sentido, Rubem Alves:

Ora, a doutrina da Providência declara que o que é é o que deve ser. Ao fazer isso, ela sacraliza os poderes constituídos. E quando tal doutrina se combina com a presunção de um conhecimento absoluto, detido por uma minoria, como abrir espaço para o pragmatismo do ideal democrático? Quem está absolutamente certo da verdade, por uma razão de coerência, não deve suprimir o erro, ainda que pela força? [...] A tolerância só é possível quando, por um lado, se aceita que o que é não é, necessariamente, o que deveria ser; e, por outro, quando se aceita que ninguém detém o monopólio da verdade. É impossível que uma comunidade qualquer, religiosa ou política, e que pretenda ser detentora do conhecimento absoluto acerca da necessidade do que é, assuma, ao mesmo tempo, uma atitude de tolerância para com o erro e para com aqueles que desejam transformar o real. [...] “A idéia aristocrática da Predestinação” tende a pensar o estado como uma “forma modificada de aristocracia” [...] (ALVES, 2005, p. 185).

O sagrado era inquestionável, e não havia tolerância a pensamentos divergentes ou espaço para a alteração da estrutura hierárquica social e moral reforçada pelas grandes elites em torno das quais a estruturas de dominação europeias se estabeleciam. Estado e Igreja partilhavam interesses comuns de dominação, pois o Estado, representado pelos “homens bons”, era fundado em forças conservadoras e autoritárias, que lutavam intensamente contra os efeitos da miscigenação, e sob a perspectiva moral cristã, assemelhavam o pecado a um crime que deveria ser exposto à Igreja para julgamento por parte da comunidade cristã. E era fácil considerar pecado tudo o que contrariasse os interesses daquela elite.

O corpo feminino, por exemplo, que sempre foi visto, sob a ótica cristã, como um “convite ao pecado”, era tolhido em sua liberdade sexual, dado que as famílias, consideradas pilares da sociedade, deveriam estar, ainda que apenas aparentemente, bem estruturadas. As mulheres deveriam se apresentar como criaturas recatadas e subservientes. O sexo somente era admitido para desempenhar a função reprodutiva dentro do casamento, e isso permitia, inclusive, o controle sobre a paternidade, e, consequentemente, sobre o repasse dos direitos sobre a herança e a propriedade àqueles que se tinham como herdeiros legítimos.

A ética cristã, em especial a protestante, se voltava para uma consciência moral limitadora e punitiva, e a disciplina exercia o controle social, conforme explica Rubem Alves:

Notemos, em primeiro lugar, que se trata de uma ética de limites. Diante do crente se encontra uma interdição representada pela proibição, pelo não, pelo limite. A vida é circunscrita por um cinturão de proibições. Define-se o permitido em oposição ao que é proibido. E essa é a razão por que a pergunta ética do crente se inicia sempre com a indagação: “É lícito?”. [...] “É lícito às mulheres crentes o uso de maiôs para banho de mar, piscinas etc.?” [...] “Pode uma família crente, para atender o noivo da filha do casal, usar chope nas festas de casamento dessa filha crente?” [...] A pergunta é dirigida a uma autoridade. Há uma classe que detém o monopólio do conhecimento ético. Portanto, a moralidade não é uma questão de consciência. A consciência não sabe as respostas. Entretanto, uma coisa lhe é absolutamente clara: há limites, proibições, interdições. Define-se essa consciência moral protestante, portanto, não como consciência de liberdade mas como consciência de limite (ALVES, 2005, p. 240-241).

Assim, a função da punição para a transgressão dos limites impostos pela religião assumia, desde o princípio, um caráter que transpassava o religioso e atingia o campo político. A disciplina como controle social impedia o surgimento de formas desviantes, através da difusão do imaginário de que somente existe esperança de transformação da sociedade quando da transformação individual, da conversão.

Nesse contexto, em que a religião se encontrava intrinsecamente ligada à política e a sociedade já era fundamentada nesses dois pilares, sem possibilidade aparente de dissociação de interesses, a participação política direta dos evangélicos brasileiros era desnecessária e pequena. Havia, inclusive, o desaconselhamento à participação de protestantes na política, pois o fiel deveria seguir os princípios bíblicos apenas, uma vez que as mudanças sociais não viriam da atuação política da Igreja, e sim da conversão individual e do comportamento ético.

Ocorre que a política era vinculada ao principal inimigo do protestantismo, o catolicismo, e a participação de sacerdotes católicos nas decisões políticas era constante, o que começou a dividir opiniões sobre a necessidade de ingerência para reduzir o espaço de atuação católica e ampliar o espaço de atuação protestante, ou de se manter afastado.

No decorrer do século XIX, dados os privilégios do Tratado de Aliança e Amizade, e do Tratado de Comércio e Navegação firmados entre a Inglaterra e o governo luso-brasileiro, em 1810 o Brasil recebeu em seu território comerciantes ingleses anglicanos. Em 1858, também missionários congregacionais, metodistas, presbiterianos, batistas e episcopais, vindos, principalmente, dos Estados Unidos da América, fundaram Igrejas no Rio de Janeiro, em São Paulo, na Bahia e no Rio Grande do Sul. E no ano de 1864, os imigrantes alemães começaram a difundir o luteranismo no Sul e no Sudeste do país.

No final deste século, como consequência dos fluxos migratórios que auxiliavam na economia do país, e após o Brasil se tornar uma República em 15 de novembro de 1889, a Constituição brasileira de 1891 veio a garantir a separação dos poderes entre a Igreja e o Estado. O catolicismo, assim, deixava de ser a religião oficial no país, e a liberdade religiosa para os cultos acatólicos, tão almejada pelos protestantes, era garantida.

No século XX, dada a abertura do Estado brasileiro às manifestações religiosas acatólicas anteriormente mencionadas, também os pentecostais, incentivados pela crescente urbanização, chegariam ao Brasil, difundindo a Congregação Cristã do Brasil, em 1910, e a Assembleia de Deus, em 1911.

Por volta de 1930, os evangélicos iniciariam o intento de adentrar no mundo da política partidária brasileira, sob a alegação de redução da participação das elites nas decisões políticas. Entretanto, conforme se verá a seguir, a maioria desses políticos evangélicos era composta por pastores que se encontravam inseridos em um contexto de elites, o que, inevitavelmente, viria a influenciar em suas atuações políticas.

Em 1970, também o neopentecostalismo, representado principalmente pela Igreja Universal do Reino de Deus, partindo do Rio de Janeiro, veio a se espalhar pelo Brasil.

Nas primeiras eleições pluripartidárias, as quais ocorreram no ano de 1982, os evangélicos abandonaram de vez a atitude padrão de não se envolver na política partidária, e registraram uma mobilização de votos nas candidaturas desses para cargos eletivos, em especial, pelo Partido Democrático Social – PDS, um partido político fundado em 1980 com orientação direitista.

Essa mudança de pensamento e atitude se dá em virtude de que, apesar de grupos como o dos pentecostais, por exemplo, se comportarem de forma separada da sociedade considerada um mundo profano e buscarem a construção de um mundo novo inteiramente evangélico e desprovido de pluralidade religiosa, tal missão deveria ser executada pelas lideranças da comunidade evangélica, de modo que esta começa a participar da vida político-partidária com o flagrante intuito de alcançar benefícios para a religião. Explica Prandi:

 [...] Fora do grupo evangélico não há salvação, fora da palavra divina que redime não há possibilidade de reconciliação. A política só interessa como caminho pelo qual a religião, e portanto a redenção do mundo, se aproxima do poder para dele tirar proveito e abrir com maior eficácia seus canais de comunicação, o que será atividade do líder e não do seguidor. Ainda que nos possa parecer hipócrita, a participação de pastores protestantes no jogo de favores da esfera governamental, trocando, por exemplo, votos a favor do presidente da República por concessões de emissoras de rádio e canais de televisão, representa para o crente uma luta legítima com o inimigo por meio da apropriação de armas dele. Mas só um líder poderia expor-se a tamanho risco. Esta publicidade na política tem, evidentemente, o fim de trazer para a esfera pública a defesa de, e o interesse em fazer obrigatórios para todos, princípios morais do grupo, para o que o rádio e a televisão podem ser veículos estratégicos.

Assim, enquanto a comunidade eclesial de base deixa de lado as questões privadas, apostando na participação militante na vida pública política, o pentecostalismo anula a intimidade, faz de todos iguais no espaço público, mas limita o espaço público à vida religiosa (PIERUCCI; PRANDI, 1996, p. 30).

Dessa forma, os candidatos evangélicos, quase em sua totalidade, foram eleitos com a função da transformação social, de um mundo profano para um mundo sacralizado. Ademais, conforme se verá de forma mais detalhada no tópico a seguir, uma vez que os primeiros evangélicos que se dispuseram a pleitear cargos públicos por intermédio da política partidária eram, em geral, profissionais liberais, membros de famílias que detinham poder econômico, filhos de fazendeiros ou comerciantes de escolaridade avançada, havia ainda o interesse de manter os privilégios da elite dominante.

**2.1. A TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO POLÍTICO PELOS EVANGÉLICOS**

No tópico anterior, viu-se que, durante o século XIX, o Brasil recebeu em seu território, anglicanos, congregacionais, metodistas, presbiterianos, batistas, episcopais, e luteranos, e durante o século XX, pentecostais e neopentecostais, muitos com uma moral voltada para a construção de um novo mundo, fundado em preceitos bíblicos, o que permitiria às lideranças evangélicas, com iniciação enfática na política em 1930, realizarem o intento de adentrar na política partidária brasileira. Seguem, pois, as palavras de Campos:

Os “políticos evangélicos” começaram a surgir com maior desenvoltura a partir dos anos 30, quando transformações econômicas e sociais possibilitaram o aparecimento do homem urbano preocupado com uma ação política menos tutelada pelas elites e mais propensa a uma prática mais próxima do que temos chamado de “prática democrática”. Sobre o aparecimento dos primeiros deles podemos citar alguns exemplos de pioneirismo. No Estado de São Paulo, em 1902, Francisco Augusto Pereira, um rico fazendeiro de café, convertido ao Presbiterianismo, foi prefeito de Lençóis Paulista; Ernesto Luiz de Oliveira, engenheiro e pastor da igreja Presbiteriana Independente, em Curitiba, foi secretário da Agricultura do Paraná; Luiz Alexandre de Oliveira, batista, foi deputado federal por Mato grosso; Ver. Antonio Teixeira Gueiros, Pastor presbiteriano, foi Vice-Governador do Pará, tendo a família Gueiros obtido enorme prestígio político em vários Estados nordestinos até os tempos da ditadura militar (1964-1985); o ex-pastor presbiteriano e batista Ephigênio de Sales, foi Governador do Amazonas e senador; João Café Filho, Vice-presidente de Getúlio Vargas, em 1954, era filho de presbiterianos independentes do Nordeste brasileiro (CAMPOS, 2006, p. 37).

Observe-se, no entanto, que o objetivo exposto, de buscar por práticas mais próximas das democráticas, na realidade, era ofuscado pelo intuito de fazer valer, em âmbito político, os interesses de uma elite econômica e religiosa dominante na sociedade brasileira. Ora, Francisco Augusto Pereira, rico fazendeiro convertido ao presbiterianismo, iniciou a vida pública como prefeito de Lençóis Paulista. Ernesto Luiz de Oliveira, engenheiro e pastor presbiteriano, foi Secretário da Agricultura do Paraná. Luiz Alexandre de Oliveira, batista, foi deputado federal pelo Mato Grosso. Antônio Teixeira Gueiros, pastor presbiteriano, foi vice-Governador do Pará. Ephigênio de Sales foi Governador do Amazonas e senador. E, por fim, João Café Filho foi vice-presidente de Getúlio Vargas . Observando que todos partidos com orientações políticas eminentemente direitistas e elitistas.

O fato é que pastores e lideranças de várias denominações evangélicas começaram a participar, de forma mais significativa, dos pleitos eleitorais, na década de 1930, tornando-se perceptível, no cenário político brasileiro, a atuação desse grupo na política. Nesse sentido, recorda Campos:

Se elaborarmos uma lista cronológica do aparecimento desses primeiros evangélicos eleitos para cargos representativos e executivos, iremos verificar que eles surgiram apenas nos anos 30, que fazem parte de uma década de mudanças revolucionárias na política brasileira, marcando também a ascensão da classe operária e da classe média urbana nesse espaço social em que o Protestantismo crescia rapidamente. Com a revolução de 1930 ficou claro que havia uma crise no projeto das elites de construir um Estado republicano que fosse fundado unicamente nos interesses dos grandes proprietários de terra e nas oligarquias regionais. Por outro lado, explodia por todo o País a opção por alternativas anarquistas, fascistas ou comunistas, fazendo surgir alianças e partidos que tentavam mobilizações políticas ao redor do Integralismo ou do Comunismo. Essa dinâmica dos anos 30 levou os protestantes e católicos a uma movimentação interna com fins políticos até então inusitada, pelo menos para os evangélicos que, pela primeira vez, saíam dos bastidores para o próprio palco da política brasileira (CAMPOS, 2006, p. 38).

. Assim, o que aparentava fundamentar a atitude dos grupos evangélicos de buscarem exercer influência na política era a mobilização em favor das causas comunistas, mas, em realidade, a grande maioria desses candidatos, oriundos de famílias tradicionais que compunham a elite no país, estavam interessados em construir um sistema político capaz de fazer oposição ao sistema que emergia. Nesse momento, as igrejas evangélicas organizaram um memorial dirigido aos crentes evangélicos de todo Brasil, o qual dizia:

Os abaixo-assinados, ministros e oficiais de Igrejas, após demorado estudo da situação política e social do Brasil, chegarem à conclusão de que o momento exige que os crentes evangélicos cerrem fileiras uníssonas (...). Urge abandonemos de vez a atitude de simples observadores, atitude de expectativa, de aparente bem-estar, de indiferença e comodismo (...). Urge que a voz dos evangélicos de todo Brasil se faça ouvir por aqueles que vierem a compor a Assembléia Constituinte, que decidirá dos problemas que afetam a vida espiritual e social (...) não votar absolutamente em candidatos ou partidos que adotem programas favoráveis a medidas que comprometam a laicidade do Estado, introduzam ou facultem o ensino religioso nas escolas oficiais (CAMPOS, 2006, p. 38).

Resta claro o intuito dessas lideranças, de influenciarem nas decisões e na elaboração das leis estatais com os preceitos evangélicos. Quando recomendado não votar em candidatos, ou partidos, que adotassem medidas contrárias à laicidade estatal, na realidade, recomendava-se não votar em candidatos que pudessem engrossar a representatividade de outras denominações religiosas, notadamente a católica, junto a um poder público do qual eles, evangélicos, tinham, até então, buscado distanciar-se. Quando contrários ao ensino religioso nas escolas, estavam, na realidade, se contrapondo ao ensino confessional católico ainda dominante no Brasil.

Recorde-se que os evangélicos entraram no Brasil em decorrência, justamente, da dissociação dos poderes da Igreja Católica com o Estado e mediante a abertura aos cultos não católicos no país. Relembre-se, também, que muitos evangélicos, tendo ingressado e desenvolvido no país o exercício do comércio e de atividades que viabilizaram que os mesmos se tornassem grandes profissionais liberais oriundos de famílias que enriqueceram no país, buscavam os ideais liberais do Estado mínimo, ou seja, da menor ingerência do Estado em suas atividades, para que pudessem lucrar mais sem o controle estatal.

Sob as alegações de luta por práticas mais democráticas e menos elitizadas, esses evangélicos se dispunham a ingressar no campo da política partidária. Ocorre que a maioria desses políticos evangélicos eram fazendeiros, engenheiros, pastores, e encontravam-se inseridos em um contexto de elites, o que, inevitavelmente, viria a influenciar em suas atuações políticas.

Sobre o abaixo-assinado supra, os primeiros a assinar foram: Matias Gomes Fernandes, Erasmos Braga, Odlon de Morais e Alfredo Borges Teixeira, da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil.

Em meio a esse cenário político, em 1930, um pastor protestante, metodista, viria a ser eleito, pela primeira vez, para uma Constituinte, a Constituinte de 1933. Guaracy Silveira, oriundo de família tradicional, e de forte orientação liberal, do Vale do Paraíba, exerceu atuação pública dentro e fora do círculo eclesiástico, e desempenhou papel marcante no movimento pela autonomia da Igreja Metodista Brasileira. Foi redator de revistas para a Escola Dominical, e do principal informativo da denominação, o Expositor Cristão.

O pastor Guaracy, ao ter, incialmente, se filiado ao Partido Socialista Brasileiro – PSB, causou espanto entre alguns, para os quais explicava ter aceito se filiar a tal partido no intuito de barrar a infiltração comunista no país[[3]](#footnote-3). Guaracy se definia como socialista cristão, e, como um bom liberal, buscava dissociar o socialismo do comunismo, para manter-se afastado desse último. Conforme exposto por Silveira:

O maior espanto manifestado pelos sociólogos da imprensa brasileira foi pelo fato de um ministro do Evangelho ser “Socialista” (...) Por este tempo, “Socialismo” era sinônimo de “Comunismo”. Coube a mim frisar a distinção ou mesmo criá-las... Neste tempo eu ignorava que foi Vinet, crente evangélico quem primeiro que Marx, usou o termo, mas no sentido cristão (...) Desde então, ninguém mais confunde Socialismo com Comunismo, surgindo a expressão hoje consagrada: Socialismo Cristão (SILVEIRA, 1950, p. 17).

E foi defendendo ideais liberais e protestantes, bem como recusando-se a assinar um manifesto marxista, que Guaracy Silveira veio a entrar em discordância com o partido ao qual era filiado, de modo que, antes mesmo da conclusão dos trabalhos da constituinte, havia se tornado um getulista atuante em prol de práticas liberais.

O país entraria, a partir de então, em um período de mais oito anos de ditadura. Quando, em outubro de 1945, terminada a Segunda Guerra Mundial na Europa, caiu Getúlio Vargas, uma nova Constituinte foi convocada. Nesse momento, a participação de evangélicos na política ganhou mais força. Nesse sentido, Campos:

Após a Segunda Guerra Mundial e a Constituinte de 1946, a participação de evangélicos na política se tornou mais planejada e ganhou maior visibilidade, principalmente entre os protestantes históricos dos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Em São Paulo, por exemplo, no final dos anos 40, surgem na Câmara Municipal nomes de evangélicos que, posteriormente, se tornariam deputados estaduais ou federais. Entre outros se elegeram: Camilo Ashcar e Lauro M. da Cruz. Já os pentecostais demoraram mais tempo para entrar na política, pois, foi somente na metade dos anos 60 que conseguiram eleger, em São Paulo, os Pastores Levy Tavares e Geraldino dos Santos, da Igreja Pentecostal “O Brasil para Cristo”, respectivamente deputado federal e estadual, e, em Minas Gerais, deputado estadual, João Gomes Moreira, da Assembleia de Deus (CAMPOS, 2006, p. 44).

Surgem, então, nomes como Camilo Ashcar, Lauro M. da Cruz, Levy Tavares, pastor pentecostal que se fez deputado federal, Geraldino dos Santos, pastor pentecostal que se fez deputado estadual e João Gomes Moreira. Também, Rafael Gioia Jr. Radialista batista, Fausto Rocha radialista batista e Ivan Espíndola de Ávila e filiado.

No Norte e no Nordeste, no decorrer do regime militar, surgiram novos “políticos evangélicos”, muitos pertencentes à família Gueiros, da qual emergiu um membro que se tornou o redator do Ato Institucional 2. (CAMPOS, 2006, p. 45).

Após 1946, os deputados Antônio Teixeira Queirós, de nobre família presbiteriana de Pernambuco; Augusto Nogueira Paranaguá, de tradicional família batista do Piauí; Alberto Stange Júnior, batista capixaba; Basílio Catalá Castro, prebisteriano baiano e professor do Colégio 2 de Julho; Osny Fleury Silveira, advogado presbiteriano de tradicional família paulista, juntamente com Silveira, deputado federal, também defenderam causas religiosas conservadoras.

Por volta de 1950, o crescimento do protestantismo no Brasil auxiliava no fortalecimento desses grupos no campo religioso, e evidentemente no campo político do Brasil. Observa Elizete da Silva:

Na década de 1950, o protestantismo brasileiro já apresentava certo crescimento numérico observado internamente pelos seus líderes, a exemplo de Waldo Cesar, o qual minimizava tal desenvolvimento quantitativo em detrimento de ações e reflexões sobre a realidade social. Em 1958, os protestantes formavam um contingente de um milhão e seiscentos e noventa e cinco mil e oitocentos e setenta e sete fiéis. No ano seguinte totalizavam hum milhão, oitoscentos e dois mil, duzentos e noventa e três seguidores espalhados em cinco mil, setecentos e doze templos, em todo o território nacional (ESTATÍSTICA DO CULTO PROTESTANTE NO BRASIL, 1960; IBGE). Ainda não era um crescimento espetacular como o do final da década de 1990, mas os reformados despontavam como uma força crescente no campo religioso brasileiro (SILVA, 2010, p. 65).

A manifestação popular crescente do protestantismo apoiava a bancada evangélica, e essa, por sua vez, era predominantemente composta por candidatos de famílias tradicionais, os quais advogavam em favor de pautas conservadoras, fato que levava os candidatos evangélicos progressistas a serem “demonizados” pelos demais. Confirma Elizete da Silva:

Os setores mais conservadores, especialmente a hierarquia das referidas comunidades, condenaram o pensamento progressista de forma bastante agressiva. Em 1966, na Igreja Presbiteriana, o grupo inovador era denominado de a esquerda que caminha pelo Evangelho Social. Em um artigo publicado no Brasil Presbiteriano, acusavam o grupo de facilitar a licenciosidade teológica e de ceder às tentações do sincretismo programado pela Igreja Romana e o Conselho Mundial de Igrejas. Utilizando-se de uma prática comum aos que têm o poder de definir a ortodoxia, satanizam o pensamento divergente: “É hora de dizermos não ao enganador e como discípulos de Jesus Cristo importa ergamos alto o brado de repressão: vai-te satanás”. (O BRASIL PRESBITERIANO nº 14/16, 1966, p.08) Lançaram mão de uma representação do bem x mal, Deus x satanás, para marginalizar e condenar o que consideravam uma heresia (SILVA, 2010, p. 135).

Nas primeiras eleições pluripartidárias, as quais ocorreram no ano de 1982, as candidaturas de evangélicos se deram, em especial, pelo Partido Democrático Social (PDS), partido de direita fundado em 1980, e que, fundindo-se ao Partido Democrata Cristão (PDC), teria parte na formação de partidos como o Partido Progressista (PP), o Partido Progressista Brasileiro (PPB) e o Partido Progressista Reformador (PPR). Da dissidência com o PDC, por sua vez, surgiram o Partido da Frente Liberal (PFL) e o Democratas (DEM).

A Assembleia Constituinte eleita em 1986 para a Constituinte de 1987 era composta por 33 evangélicos, no que se revelou, já naquela época, como a quarta maior bancada do Congresso Nacional. Dos 33 evangélicos que compunham a Constituinte em questão, 18 eram pentecostais, e entre os 18 pentecostais, 14 eram da Assembleia de Deus, sendo eles, Antônio de Jesus, Benedita da Silva, Costa Ferreira, Eliel Rodrigues, Gidel Dantas, João de Deus, José Fernandes, José Viana, Manoel Moreira, Matheus Iensen, Milton Barbosa, Orlando Pacheco, Salatiel Carvalho e Sotero Cunha); 2 da Igreja Internacional do Evangelho Quadrangular, sendo eles Jayme Paliarin e Mário de Oliveira; 1 da Igreja Cristã Evangélica, Naphtali Alves); e 1 da Igreja Universal do Reino de Deus, Roberto Augusto. Havia apenas 2 mulheres, uma com orientações de esquerda, Benedita da Silva, e outra com orientações de direita, Eunice Michiles. Entre os 33 parlamentares, ainda, 18 poderiam ser considerados flagrantemente de direita, apenas 5 eram flagrantemente de esquerda, e os demais, com orientações de centro.

Tal representação da bancada evangélica na constituinte torna-se essencial para a compreensão da difusão do pensamento evangélico na política. Exemplifica Antônio Pierucci:

Outro momento dos trabalhos da Constituinte, por sinal um dos momentos fortes da atuação dos evangélicos, nos pode dar boa pista de como se processa essa travessia de usurpação de delegação e de legitimação da usurpação. Foi quando, na *Comissão de Soberania e Garantia dos Direitos do Homem e da Mulher*, o representante do grupo evangélico na comissão, Salatiel de Carvalho (PFL/PE), pastor da Assembléia de Deus, saiu-se com a seguinte afirmação: “Os evangélicos não querem que os homossexuais tenham igualdade de direitos porque a maioria da sociedade não quer” (*Folha de S. Paulo*, 9/6/1987). Eis aí: foi na defesa dos costumes tradicionais – ditos “cristãos” – e da moral sexual convencional – dita “cristã” – que eles se erigiram em porta-vozes da maioria dos brasileiros, a qual eles “sabem” ser uma “maioria moral”.

Foi em nome desta “maioria moral”, medida com o metro da moralidade privada convencional, religiosa mas não denominacional, que eles lutaram na Constituinte contra o aborto (considerado crime em nome do preceito bíblico “não matarás”), [...] contra o feminismo (que distrói a hierarquia da família patriarcal), contra a pornografia, contra a ilimitada dissolução da sociedade conjugal pela liberação do número de divórcios e a liberação dos métodos contraceptivos abortivos. Em nome da “maioria da sociedade” puseram-se em campo a favor da censura de costumes na TV, no rádio, no cinema e em outros tipos de espetáculos, a favor da educação religiosa nas escolas e, até mesmo, na programação das emissoras de TV. Mas foi também em obediência aos preceitos bíblicos e em nome da minoria que eles se opuseram à pena de morte, propondo em lugar desta a prisão perpétua (PIERUCCI; PRANDI, 1996, p. 174-175).

Deste modo, deixando-se de lado toda a discussão sobre existência ou inexistência de direita e esquerda no Brasil, o fato é que as pautas evangélicas, em geral e salvo raras exceções, se contrapunham, e ainda se contrapõem, de forma explícita, às opiniões expressas por políticos que se dizem de esquerda, principalmente no que diz respeito a temas comportamentais e de estruturação familiar.

Não se intenciona, aqui, discutir opiniões. O que se objetiva é expor o tratamento dos temas sob uma moral religiosa exclusivamente evangélica. Quando se puseram em favor da educação religiosa nas escolas, por exemplo, estavam a favor do ensino do cristianismo, religião imposta aos brasileiros desde a colonização do país, e que, após a disputa por espaço e poder com o Catolicismo, dado o crescimento da população que aderia à religião evangélica, agora não se mostrava mais tão ameaçadora. Sexo, família e religião, seriam analisados através de um discurso bíblico-fundamentalista.

E foi com base neste tipo de discurso, que a bancada evangélica foi pautando as atuações políticas conservadoras no Congresso Nacional e na política brasileira, de forma que as principais pautas desenvolvidas pelo neo-ativismo político evangélico, para a direita no Brasil contemporâneo, hoje residem nas questões da “moralidade privada”, principalmente em matérias que dizem respeito à livre utilização da sexualidade, exaltando o conservadorismo socioeconômico, reorientando a direita para uma revalorização do conservadorismo social, cultural, econômico e comportamental.

**4. CONCLUSÃO**

Ao longo desta análise procuramos demonstrar as influências religiosas como fatores capazes de influenciar e alterar a disposição do campo político e econômico da sociedade brasileira. Nesse contexto, a politização dentro de uma Igreja e o engajamento de seus líderes na ocupação de espaços políticos se apresenta como consequência natural da capacidade de influência existente entre os agentes legisladores e os mecanismos de legitimação de padrões morais na sociedade.

A ocupação desses espaços, que deveria se dar de forma a garantir a pluralidade de manifestações religiosas e a isonomia no tratamento estatal para com os agentes religiosos e a religião, se mostra completamente viciada e não isonômica, quando esses agentes se utilizam da estrutura do Estado para pregar e agir conforme os próprios interesses políticos, econômicos, e, notadamente, religiosos.

Ante o exposto, cabe ressaltar que a preocupação de tais grupos que defendiam, e continuam a defender, suas bandeiras religiosas, através da estrutura política estatal, difundindo princípios da ética cristã protestante da limitação e da formação do reino de deus na Terra, deve fundar-se no respeito às diferenças, na promoção da igualdade, e principalmente, na garantia de direitos fundamentais, que até os dias de hoje são tão caros ao Estado Democrático de Direito.

**5. REFERÊNCIAS**

ALVES, R. **Religião e repressão**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

BASTIDE, R. **As religiões africanas no Brasil:** Contribuições a uma sociologia das interpretações de civilizações. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1985.

BURITY, J. A.; MACHADO, M. D. C. (Organizadores). **Os Votos de Deus: evangélicos, política e eleições no Brasil**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massagana, 2006.

CAMPOS, L. S. **Templos e mercado: organização e marketing de um empreendimento neopentecosta**l. Petrópolis. São Paulo, Vozes-Simpósio-Unesp, 1997.

ELIADE, M. **História das crenças e das idéias religiosas, volume III:** de Maomé à Idade das Reformas. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

ESCHER, N. R. S. C. **“Os crentes e a eleição de 3 de maio”.** Expositor Cristão.01/03/1933.

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. “Os crentes e a eleição de 3 de maio”.** Expositor Cristão. 22/09/1934.

GURZA LAVALLE, A. (org.). **O horizonte da política**: questões emergentes e agendas de pesquisa. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp: Cebrap: CEM, 2012.

OLIVEIRA, M. D. **A Religião mais negra do Brasil**: Por que os negros fazem opção pelo pentecostalismo? Viçosa: Ultimato, 2015.

PIERUCCI, A.; PRANDI, R. **A realidade social das religiões no Brasil**: Religião, sociedade e política. 1. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

SCHMIDT, D. A. **Os anos Rebeldes do Protestantismo Brasileiro.** Revista Reflexus. 2º semestre. 2011.

SILVA, E. **Protestantismo Ecumênico e Realidade Brasileira**: Evangélicos Progressistas em Feira de Santana. Feira de Santana: UEFS Editora, 2010.

SILVEIRA, G. **Relatório às Igrejas Evangélicas do Brasil**. São Paulo: Imprensa Metodista, 1950.

TEIXEIRA, F.; MENEZES, R. **Religiões em movimento: o Censo de 2010**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

1. Doutorando e Mestre em Ciências da Religião pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Especialista em Metodologia do Ensino pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Licenciado em História pela Faculdade de Formação de Professores da Zona da Mata Sul (FAMASUL). Coordenador da Comissão Própria de Avaliação - CPA e docente da Faculdade de Ciências Aplicadas José Lacerda Filho-FAJOLCA. E-mail: ricardojorgesg@hotmail.com. [↑](#footnote-ref-1)
2. Mestranda em Ciências da Religião pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Especialista em Direito Trabalhista pela Escola Superior da Magistratura Trabalhista (ESMATRA) e em Direito Contratual pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Bacharela em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Advogada nas áreas cível e trabalhista. Membro do Observatório Transdisciplinar das Religiões no Recife, e do Fórum Diálogos – Fórum da Diversidade Religiosa no Recife. E-mail: thaischianca@gmail.com. [↑](#footnote-ref-2)
3. Fundado em 1925, esse partido inicialmente foi marcado por uma grande diversidade ideológica interna, mas logo a ala marxista tomaria o direcionamento. [↑](#footnote-ref-3)